



Bolsas Na terça-feira 1,26% São Paulo 0,6% Nova York	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias 119.209 → 120.066 29/4 30/4 03/5 04/05	Salário mínimo R\$ 1.100	Dólar Na terça-feira R\$ 5,431 (▲ 0,22%) Últimas cotações (em R\$) 27/abril 5,461 28/abril 5,361 29/abril 5,336 30/abril 5,432 3/maio 5,419	Euro Comercial, venda na terça-feira R\$ 6,525	Capital de giro Na terça-feira 5,60%	CDB Prefixado 30 dias (ao ano) 3,36%	Inflação IPCA do IBGE (em %) Novembro/2020 0,89 Dezembro/2020 1,35 Janeiro/2021 0,25 Fevereiro/2021 0,86 Março/2021 0,93
--	---	---	--	--	--	--	---

TRIBUTOS / Alegando motivo regimental, presidente da Câmara extingue Comissão Mista que avalia mudanças no sistema de impostos e invalida parecer do relator. Medida abre espaço para fatiamento da proposta, conforme defendido pelo governo

Reforma tributária em rota de incerteza

» ISRAEL MEDEIROS
» GABRIELA BERNARDES*

Depois da pressionar para que o relatório da proposta de reforma tributária fosse apresentado esta semana, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), decidiu extinguir a Comissão Mista que trabalhou no assunto. A decisão foi anunciada logo após o relator da reforma, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), apresentar seu parecer de 110 páginas, na tarde de ontem, e provocou polêmica. Na prática, a medida invalida o relatório e lança dúvidas sobre a continuidade das discussões.

No início da noite, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), divulgou comunicado à imprensa em que defende o relator e diz ser razoável permitir que a Comissão finalize os trabalhos. "A comissão mista fez um trabalho longo de aprofundamento sobre a reforma tributária. É razoável e inteligente darmos oportunidade de concluir o trabalho, o que se efetiva com a apresentação do parecer pelo deputado Aguinaldo Ribeiro", diz a nota.

Arthur Lira, porém, sustentou que sua decisão teve caráter meramente técnico, por entender que o número máximo de sessões foi extrapolado. Ao todo, foram realizadas mais de 70 reuniões, sendo que a previsão regimental para comissões mistas é de 40. Segundo ele, devido à complexidade e à delicadeza do tema, foi necessário extinguir a Comissão Mista, tendo em vista que o texto poderia ser contestado judicialmente por descumprir o regimento do Congresso Nacional.

Além disso, afirmou que os trabalhos da comissão não serão perdidos. "O objetivo, na realidade, é o de preservar a tramitação da reforma tributária no Congresso Nacional. Quero agradecer imensamente ao relator Aguinaldo Ribeiro, pelo excelente e extraordinário trabalho. E acho que nós partiremos de um conjunto de reflexões já avançadas. Nada se desperdiça

no Congresso Nacional. E o relatório final da reforma, sem dúvidas, irá incorporar alguns pontos do relatório do Aguinaldo, senão uma grande parte. Não tenho dúvidas disso", disse.

O presidente da Câmara acrescentou que trabalhará com o relator para construir um texto que possa ser aprovado rapidamente. E repetiu uma frase que usa com frequência: "Entre o tudo e o nada, eu prefiro o melhor possível. É o que faremos", disse. "Se é votando um texto completo da reforma sobre consumo, se é da reforma sobre renda, se é fatiado, ou o que for mais conveniente. Mas o que todos os brasileiros precisam ter consciência é que terá respaldo, segurança jurídica e a maior brevidade possível, com a amplitude de debates nesta Casa para que o sistema tributário brasileiro seja mais simples, menos burocrático e com mais segurança jurídica", completou Lira.

Fatiamento

A confusão indica que não há, ainda, consenso no Congresso sobre a melhor forma de tramitação ou sobre o conteúdo da reforma. Na semana passada, após reunião com o ministro da Economia, Paulo Guedes, o presidente da Câmara disse que pretende — com aval do governo — começar as discussões da reforma tributária pelos pontos sobre os quais há consenso, para agilizar a aprovação. Temas mais polêmicos, como a recriação de um tributo nos moldes da antiga CPME, ficarão para o final.

Com isso, o texto pode ser fatiado em quatro partes, com metade dos projetos na Câmara e a outra metade no Senado — ideia que gerou críticas de parlamentares na semana passada. Em discurso no plenário da Câmara, o líder do governo na Casa, Ricardo Barros (PP-PR), afirmou que o objetivo é começar pela simplificação tributária, com a união de impostos. "Vamos começar pela simplificação tribu-

Luis Macedo/CB/D.A Press



Segundo Arthur Lira, ideia é construir um texto que possa avançar mais rapidamente no Congresso

Nada se desperdiça no Congresso Nacional. O relatório final da reforma, sem dúvidas, irá incorporar alguns pontos do relatório do Aguinaldo, senão uma grande parte"

Arthur Lira, presidente da Câmara dos Deputados

tária e, depois, avançar na direção de organizar um sistema tributário mais fácil, mais simples, que custe menos para o contribuinte", disse, na ocasião.

Para o cientista político André Rosa, o clima pode esquentar no

Congresso após a decisão. Isso porque ele acredita que o relator deve rejeitar a ideia de um fatiamento, pois isso o faria perder o protagonismo no tema. Além disso, com a queda do relatório, todas as emendas também se per-

dem, sendo que cada uma delas coletou 171 assinaturas na Câmara ou, no caso do Senado, 27.

"Reforma tributária é um tema importante, que chama a atenção. O apoio a uma reforma sempre existiu, mas é uma pauta complexa. Envolve muitos setores e indústrias. O relatório do deputado Aguinaldo foi muito amplo, mexeu com muitos setores e, conseqüentemente, com muitos interesses ao mesmo tempo. Por isso, a narrativa do Lira de fazer uma mais enxuta", disse André Rosa.

*Estagiária sob a supervisão de Odail Figueiredo

Guedes quer acabar com subsídios

» ROSANA HESSEL

O ministro da Economia, Paulo Guedes, voltou a defender o fim dos R\$ 300 bilhões gastos pelo governo em subsídios, ao comentar a reforma tributária em discussão no Congresso. Ele também criticou o Refis, programa de refinanciamento de dívidas tributárias.

Durante audiência pública conjunta de quatro comissões da Câmara dos Deputados, o ministro defendeu a simplificação como forma de acabar com o "manicômio tributário", quando as grandes empresas preferem entrar na Justiça em vez de pagar os impostos e custam caro para a União.

"Uma colocação muito importante além dos R\$ 300 bilhões gastos com de isenções e desonerações que estão por aí como gastos tributários, eu até colocaria os quase R\$ 4 trilhões de contentiosos. Isso revela o manicômio tributário do país que tem impostos disfuncionais. Quem tem poder econômico prefere pagar R\$ 100 milhões para o advogado", destacou Guedes. O ministro foi ouvido conjuntamente pelas comissões de Educação, Finanças e Tributação, Seguridade Social e Família e Trabalho, e Administração e Serviço Público.

Atualmente, a conta de renúncias fiscais do Orçamento, excluindo benefícios creditícios, gira em torno de 4,3% do Produto Interno Bruto (PIB) e empata com os gastos da folha de pagamento dos servidores. "A reforma tributária tem que atacar esse problema. Boa parte dos subsídios precisa ser removida. Vamos reduzir tanto os contentiosos quanto as desonerações e subsídios de quem tem poder político. Temos que atacar isso", afirmou.

Durante a audiência pública, o ministro demonstrou confiança no avanço da reforma tributária e ainda prometeu alcançar os mais ricos, por meio da tributação de dividendos, atualmente isentos. Segundo ele, o governo vai criar o imposto sobre os ganhos dos acionistas e ainda vai reduzir os tributos sobre as empresas que investem no país. "Vamos acabar com as isenções. Todo mundo que tem dinheiro vive de dividendos. Tá errado", afirmou.

Relator desenhou projeto amplo e abrangente

Câmara dos Deputados/Divulgação



Parecer de Aguinaldo Ribeiro fundia impostos federais, estaduais e municipais

O relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), lido ontem no plenário da Câmara, prevê a realização de uma reforma tributária ampla e abrangente. O texto propõe a unificação de cinco tributos em um único imposto, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Com isso, seriam extintos o PIS, a Cofins e o IPI, que são tributos federais; o ICMS, que é estadual; e o ISS, municipal.

O objetivo, segundo o parecer do relator, é "modernizar e simplificar o sistema tributário, dar mais transparência aos cidadãos sobre o quanto lhes é cobrado a título de impostos, combater a regressividade tributária, findar a guerra fiscal e garantir aos entes tributantes a receita necessária ao desempenho de seu papel constitucional, instituímos o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que será complementado pelo Imposto Seletivo".

O relatório foi apresentado na forma de um substitutivo às pro-

postas de Emenda Constitucional nº 45/2019 e nº 110/2019.

O parecer prevê, ainda, a instituição de um Imposto Seletivo, que incidiria sobre determinados bens, como cigarros e bebidas,

algo nos moldes do que é chamado entre especialistas por "imposto do pecado", e já foi defendido pelo ministro Paulo Guedes, no ano passado.

A transição para o novo siste-

ma tributário, segundo o relatório, seria gradativa e ocorreria em um prazo de seis anos — menor período do que o previsto pela PEC 45/2019. Após esse processo, a alíquota do IBS seria decidida, sendo a soma dos impostos da União, dos estados e dos municípios.

Ribeiro havia sugerido que fossem preservados benefícios fiscais pelo dobro do período de transição para atividades como a agropecuária, serviços de saúde e educação, entre outros. Além disso, o parecer também recomendava a implementação de um programa para restituição do imposto pago por famílias de baixa renda em alimentos, ao invés das atuais isenções de tributos.

Na proposta do relator, o IBS não seria cumulativo. Por isso, as empresas só recolheriam o imposto após descontar o valor gasto com os insumos. De acordo com o deputado, essa medida diminuiria a procura na Jus-

tiça para a recuperação de créditos fiscais.

Segundo o texto, o IBS também evitaria a sonegação e poderia diminuir o número de ações judiciais por questões tributárias. "Verificamos que os processos de execução fiscal são verdadeiros gargalos na atividade do Poder Judiciário, sendo os principais responsáveis por sua alta taxa de congestionamento", disse o deputado.

FINANCEIRA BRB BRB-CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. **GDF**

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

JORGE PEDRO DE LIMA FILHO, portador do CPF nº 354.072.474-53, DECLARA, nos termos do art. 6º, do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargo de administração na BRB-Crédito, Financiamento e Investimento S.A., CNPJ nº 33.136.888/0001-43. ESCLARECE que eventuais objeções à presente declaração, acompanhadas da documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma especificada abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela autarquia, de comunicado público acerca desta, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vista do processo respectivo. Protocolo Digital (disponível na página do Banco Central do Brasil na internet). Selecionar, no campo "Assunto": Autorizações e Licenciamentos para Instituições Supervisionadas e para Integrantes do SPB. Selecionar, no campo "Destino": o componente do Departamento de Organização do Sistema Financeiro - Deorf mencionado abaixo. BANCO CENTRAL DO BRASIL Deorf - Gerência Técnica do Recife (GTREC) Brasília, 30/04/2021